

O Projeto Pedagogia da Alternância e o Compromisso Social da UCB

João Batista Pereira de Queiroz¹

A educação inscreve-se no campo dos direitos universais de toda a sociedade. É direito fundamental e fundente, pois é da relação que os homens estabelecem entre si e com a natureza que se garantem a produção e a reprodução da vida. O Projeto Pedagogia da Alternância é o compromisso da UCB em oportunizar ao homem do campo o direito à educação.

A VI Semana Universitária da Católica de Brasília (UCB), realizada em setembro de 2004, aprofundou o tema “*Compromisso Social faz a Diferença*”, apresentando várias experiências de trabalho, com vistas a concretizar o seu compromisso social e a missão da Universidade.

O Projeto Pedagogia da Alternância é uma dessas experiências, materializando tal obrigação assumida pela UCB. Assim sendo, duas oficinas sobre a alternância e uma palestra sobre os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) foram coodernadas pelos integrantes do referido projeto, no decorrer da Semana em questão. Este projeto faz parte da Diretoria de Programas de Extensão, da Pró-reitoria de Extensão da UCB e está no seu quarto ano de funcionamento. Atualmente, conta com uma equipe de cinco pessoas² que desenvolve atividades junto aos CEFFAs existentes, bem como prepara e constrói novos CEFFAs. Concomitante, atua internamente na UCB, por meio da integração com o Ensino e a Pesquisa.

Retomando o que foi trabalhado na VI Semana Universitária, será apresentado, neste texto, os CEFFAs no Brasil com seus

pilares fundamentais: a construção da Educação do Campo, o compromisso da UCB com os CEFFAs e com a Educação do Campo. Dar-se-á, pois, continuidade à divulgação e aprofundaremos o que foi iniciado nesta mesma revista, em junho de 2004, sob o título “*Pedagogia da Alternância: uma experiência no Município de Padre Bernardo/GO. Reflexões*”.

Os Centros Familiares de Formação por Alternância

Os primeiros CEFFAs surgiram na década de 30, na França, com o nome de Casas Familiares Rurais. Nas três primeiras décadas consolidaram-se e, ao mesmo tempo, construíram a sua própria Pedagogia - a chamada Pedagogia da Alternância. A partir da década de 60, houve a expansão para outros países europeus e outros continentes. No Brasil, as primeiras experiências surgiram no final da década de 60 existindo, hoje, oito diferentes Centros Educativos – no campo - que trabalham com a Pedagogia da Alternância.

Atualmente, utiliza-se o termo Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), para designar todos estes Centros Educativos que aderiram, no todo ou em parte, esta Pedagogia. Alguns destes Centros assumiram em 2001, a designação CEFFAs. Apesar de não ser unânime, utilizaremos neste trabalho tal terminologia, em virtude dos dois centros – Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais - com maior experiência histó-

¹ Doutor em sociologia pela UnB, coordenador do Projeto Pedagogia da Alternância, pesquisador da Plataforma da Agricultura Familiar e professor de Ética na UCB.

² Equipe do Projeto Pedagogia da Alternância: Aparecida Maria Fonseca, Hubert Omer Den Tandt, Izolda Manoela B. Moura, Maria Osanette de Medeiros e João Batista Pereira de Queiroz.

rica e expressão, no Brasil e no mundo, tê-la adotado e, sobretudo, por entender que essa designação – CEFFAs – expressa a realidade das experiências em alternância, em curso, no Brasil³. Assim, após 34 anos dessa experiência, temos atualmente os seguintes CEFFAs:

01. Casas das Famílias Rurais (CdFRs).
02. Casas Familiares Rurais (CFRs)
03. Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR)
04. Escolas Comunitárias Rurais (ECORs)
05. Escolas Famílias Agrícolas (EFAs)
06. Escolas Populares de Assentamentos (EPAs)
07. Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais (PROJOVEM)
08. Três Escolas Técnicas Agrícolas (ETAs) no Estado de São Paulo.

Conforme dados da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB) e da Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR),

estes oito Centros reúnem, atualmente, cerca de 240 experiências educativas, com 25.000 jovens em formação, contando com a participação de 60.000 famílias, de 800 municípios presentes em 21 estados do Brasil.

Características que hoje são consideradas os “pilares” dos CEFFAs foram construídas a partir das experiências na França, no Brasil e em diversos países. Desde Chartier (1986:100-103), pode-se perceber que depois da primeira experiência de formação em alternância de Sérignac-Péboudou, a partir 1935, é em Lauzun, 1937, que nasce o primeiro CEFFA, com o nome de Casa Familiar. As grandes características presentes, até hoje, nos CEFFAs franceses e nas outras experiências de formação em alternância de muitos países, já se apresentavam naquela Casa Familiar. Chartier fala de quatro características: uma associação responsável; a alternância de permanência entre o meio de vida sócio-profissional e a Casa Familiar; a vida dos alunos em pequenos grupos e em internato e uma equipe de formadores.

Em Rodrigues (1999:17), encontramos três características ao falar das EFAs: uma associação responsável;

uma estratégia pedagógica específica e uma educação e formação global da pessoa. Já Calvo (1999:15-24), fala de quatro características que se tornaram os pilares das “novas EFAs que se desenvolveram pelo mundo”: uma associação responsável; uma metodologia pedagógica específica; a educação e a formação integral da pessoa



Professor João Batista na II Conferência Nacional por uma Educação no Campo

³ Esta terminologia foi assumida num encontro em Foz do Iguaçu (RS), nos dias 07 a 08 de abril de 2001 e contou com a participação de representantes das EFAs, CFRs e Projovem. Participaram também representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fonte: NEAD, 2001.

e o desenvolvimento do meio local. Também a União Nacional das Casas Familiares Rurais francesas fala de “quatro princípios essenciais”: a responsabilidade educativa das famílias; uma pedagogia da alternância que associa a formação geral a uma formação profissional; uma equipe de formadores, que acompanha os alunos, os aprendizes ou os estagiários e uma abordagem global da educação”, (UNMFREO 2003).

Considera-se que a UNEFAB (2003), coincidindo com Calvo (1999) e a partir de outras contribuições chegou a uma formulação mais clara e expressiva, quando entende que são quatro os Pilares dos CEFFAs e que estes podem ser identificados como duas finalidades e dois meios. As finalidades de um CEFFA são a **Formação Integral** dos jovens e o **Desenvolvimento do Meio** onde vivem. Para alcançar estas finalidades, os CEFFAs utilizam os seguintes meios: a **Associação Local** e a **Alternância**.

Esses pilares nos remetem à própria definição de CEFFAs, muito utilizada hoje, como definem Rodrigues (1999), Calvo (1999), UNMFREO (2003) e que a UNEFAB (2003) sintetizou assim: “é uma Associação de famílias, pessoas e instituições que se unem para promover o Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Campo através da Formação dos adolescentes, jovens e suas famílias”.

No Brasil, até hoje, todos os CEFFAs trabalham com os jovens e as famílias do campo. Dessa forma, tem-se constituído numa das possibilidades educativas relevantes na construção da Educação do Campo. Por isso, será apresentado agora uma síntese da Educação do Campo, tal qual vem sendo construída no Brasil pelos CEFFAs e por muitos outros diferentes tipos de centros educativos, de movimentos e de organizações sociais.

A Construção de uma Educação do campo

No Brasil, as décadas de 60 e 70 constituíram momentos marcantes. Com a maior penetração do capital internacional na economia houve um crescimento das contradições do capital nacional-desenvolvimentista. Em consequência disso, ocorreu a expansão do movimento operário e camponês, o surgimento de partidos de esquerda, de grupos e entidades que almejavam a

transformação da estrutura da sociedade, bem como, o comprometimento de alguns setores das Igrejas com as lutas sociais. Houve também o crescimento e a difusão de experiências que acreditavam na educação como um dos instrumentos de maior conscientização política e social, com vistas a uma participação transformadora das estruturas capitalistas presentes na sociedade brasileira.

Neste período, as lutas pelas reformas de base - reformas eleitorais, tributárias, agrárias, urbana, bancária e universitária - foram fortalecidas. Por outro lado, a ditadura militar reprimiu, fortemente, todos estes movimentos sociais, no campo e na cidade. Ocorreram muitas prisões arbitrárias, torturas, processos forjados, assassinatos de operários, camponeses, líderes sindicais, membros de igreja e de partidos de esquerda. Aliado a tudo isso, a ditadura impôs projetos e medidas com o objetivo de integrar o Brasil na corrente de desenvolvimento e expansão do capitalismo mundial (Queiroz 1997:55).

Se tanto na política, quanto na economia sucedeu intensa intervenção do Estado, na agricultura não foi diferente. Nessa, a interferência visava baratear os preços dos alimentos e das matérias-primas da agroindústria, aumentar a produção agrícola, resultando o aumento na exportação (Azevedo, 1998:21).

Do ponto de vista da educação, ocorreu “uma política educacional preocupada, sobretudo, com a rentabilidade dos investimentos educacionais” ocasionando na “Reforma Universitária de 1968 e na Lei de Profissionalização do Ensino Médio de 1971” (Sobral, 2000:4); cujo objetivo era o de profissionalizar os jovens, de maneira antecipada. Em face disso, formar-se-ia maior número de trabalhadores para o mercado, obstruindo assim o ingresso no ensino superior. Procurava-se tanto manter fortemente o controle político e social, impedindo as organizações e movimentos de lutarem para as mudanças estruturais da sociedade, quanto intensificar a produção e o desenvolvimento capitalista.

Quanto à educação rural, o que houve foi a negação deste direito aos agricultores por parte das ações e das políticas governamentais. Entretanto, pode-se constatar, principalmente nas três últimas décadas do século XX, movimentação e articulação das organizações e entida-

des dos agricultores, não apenas por uma educação rural, mas por uma educação do campo. Estas lutas integram o conjunto de iniciativas e ações contra a concentração da terra, do poder e do saber.

No final dos anos 90, os movimentos sociais do campo conseguem organizar o movimento “Por uma Educação Básica do Campo” que teve na I Conferência, em julho de 1998, em Luziânia-Go, seu ponto alto; desencadeando todo um processo que cresce e possibilita o aprofundamento e a construção de um projeto de educação do campo.

Utilizar-se-á a expressão *campo*, e não a mais usual, *meio rural*, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do *trabalho camponês* e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas quando se discutir a educação do campo se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural... Quer-se ajudar a construir escola *do* campo, ou seja, escola com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo”. (Kolling, et al, 1999. 26.29).

Esse movimento pela educação do campo e toda a articulação das entidades, movimentos e das experiências interferiram, sobremaneira, na aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo⁴, pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Assim também, se fizeram representados no Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo e em Seminário sobre o mesmo tema; ambos constituídos e coordenados pelo MEC.

Esse processo possibilitou a realização da II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo (II CNEC), no município de Luziânia, nos dias 02 a 06 de agosto de 2004, com a participação de diversas organizações e movimentos, como nos mostra o documento final:

Somos 1.100 participantes desta II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo (II CNEC); somos representantes de Movimentos Sociais, Movimento Sindical e Organizações Sociais de Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo e da Educação; das Universidades, ONGs e de Centros Familiares de Formação por Alternância; de secretarias estaduais e municipais de educação e de outros órgãos de gestão pública com atuação vinculada à educação e ao campo; somos trabalhadores e trabalhadoras do campo, educadoras e educadores, educandas e educandos: de comunidades camponesas, ribeirinhas, pesqueiras e extrativistas, de assalariados, quilombolas, povos indígenas... (Documento Final da II CNEC).

Esta II Conferência constatou e denunciou “a grave situação vivida pelo povo brasileiro que vive no e do campo, e as conseqüências sociais e humanas de um modelo de desenvolvimento baseado na exclusão e na miséria da maioria”, e igualmente a grave realidade da educação do campo:

faltam escolas para atender a todas as crianças e jovens; ainda há muitos adolescentes e jovens fora da escola; falta infra-estrutura nas escolas e ainda há muitos docentes sem a formação necessária; falta uma política de valorização do magistério; falta apoio às iniciativas de renovação pedagógica; falta financiamento diferenciado para dar conta de tantas faltas; os mais altos índices de analfabetismo estão no campo; os currículos são deslocados das necessidades e das questões do campo e dos interesses dos seus sujeitos. (Documento Final da II CNEC).

Ao mesmo tempo, a II CNEC reafirmou “a luta social por um campo visto como espaço de vida e por políticas públicas específicas para sua população”, a luta “por um projeto de sociedade que seja justo, democrático e igualitário” e por “um projeto de desenvolvimento do campo onde a educação desempenhe um papel estratégico no processo de sua construção e implementação”.

Para a concretização deste projeto de sociedade, a educação do campo tem um papel importantíssimo e por isso se faz necessário:

⁴ Estas Diretrizes foram oficializadas mediante a Resolução CNE/CEB nº. 1, de 3 de abril de 2002.

universalização do acesso da população brasileira que trabalha e vive no e do campo à Educação Básica de qualidade social; ampliação do acesso e garantia de permanência da população do campo à Educação Superior; valorização e formação específica de educadoras e educadores do campo; formação de profissionais para o trabalho no campo; respeito à especificidade da Educação do Campo e à diversidade de seus sujeitos. (Documento Final da II CNEC).

Compromisso Social faz a Diferença

Depois de apresentar os CEFFAs e a Educação do Campo, precisa-se perguntar: qual o significado e a importância do Projeto Pedagogia da Alternância para a UCB, para os CEFFAs, para construção da Educação do Campo e para a sociedade brasileira?

Trabalhando com os CEFFAs e com a Educação do Campo, a UCB, por meio do Projeto Pedagogia da Alternância, concretiza sua missão e, da mesma forma, contribui com um movimento maior da sociedade brasileira:

- **na luta pela Reforma Agrária, ou seja, pela conquista e permanência na terra – contra histórica concentração da terra no Brasil:** atualmente o projeto desenvolve atividades junto aos agricultores assentados em Projetos de Reforma Agrária, nos municípios de Padre Bernardo e Cristalina⁵, visando a construção de um CEFFA. Ao mesmo tempo, contribui na formação de educadores, educadoras e dirigentes de Associações dos

CEFFAs dos Estados de Goiás (EFAs de Goiás, Uirapuru e Orizona); Mato Grosso (EFA de Querência); Mato Grosso do Sul (EFAs de Campo Grande e Itaquiraí) e Tocantins (EFAs de Colinas e Porto Nacional). Todos estes CEFFAs, com os quais o Projeto trabalha, são formados por Agricultores e Agricultoras Familiares. Segundo Queiroz (2004:128), os jovens matriculados nas EFAs são:

... filhos de pequenos proprietários rurais. Além disso os dados mostram que as famílias dos jovens são, na sua maioria pobre, pois 32,5% recebem até 12.5 salários mínimos anuais, enquanto 30.6% recebem de 12.5 até 25 e 22.5% recebem de 25 até 50. É preciso levar em conta que cada família é composta de 5 a 6 pessoas.

- **na luta pela educação de todos e para todos - contra a histórica concentração do saber no Brasil;** como foi visto anteriormente, nos CEFFAs do Brasil, participam 25.000 jovens e 60.000 famílias. Além disso, alguns CEFFAs trabalham com o Ensino Médio e a Educação Profissional, constatando-se que “é a primeira vez na história brasileira que os jovens agricultores familiares têm acesso à formação escolar de nível médio e à formação técnica a partir da sua realidade e das condições objetivas da agricultura familiar” (Queiroz, 2004:123). Isso é confirmado por uma agricultora e mãe de aluno quando diz:

Até pouco tempo, antes de a Escola Família Agrícola existir para nós, quando víamos nossos filhos terminando o 1º grau, ficávamos matutando: e agora? É claro que tem muita escola de 2º grau por aí. Contudo essas escolas afastam nossos



Etapa do Curso de Compostagem Orgânica, com representantes dos diversos assentamentos do município de Pe. Bernardo-GO.

⁵ Nestes dois municípios existem em torno de 1700 famílias assentadas.

filhos de nós, afastam os jovens de suas raízes, de sua cultura e, acredito que cada pessoa que abandona o campo, principalmente se for um jovem, empobrece um pouquinho mais esse nosso país, tão sofrido. E o campo precisa de muita gente jovem, de sangue novo para abastecer essa nação... É aí que entra a importância da Escola Família Agrícola, o verdadeiro significado dessa escola para nós aqui na roça... Os nossos filhos vão aprender, voltam, nos ensinam e abastecem de conhecimentos e levam às suas famílias. Ficam mais independentes. Têm apenas alguns meses que meu filho frequenta essa escola e já nos ensina tanto que posso afirmar que nós, os pais, também estudamos na Escola Família Agrícola. (Maria de Fátima, agricultora, mãe de aluno da EFA de Ensino Médio e Educação Profissional de Orizona/GO, falando na inauguração da sede própria da EFA em 08 de Julho de 2000. In: Queiroz, 2004:124).

• **na participação da Universidade, construindo a Cidadania - contra a história de coronelismo, apadrinhamento, favorecimentos, nepotismo e manipulação, no Brasil:** conforme já comentado, um dos pilares dos CEFFAs é a Associação Local. Esta que é a responsável pelo CEFFA; seja no aspecto jurídico, político, administrativo ou econômico é

uma organização local de base participativa onde as famílias, as comunidades, as instituições locais, os profissionais do setor, junto aos promotores e as pessoas presentes no meio e comprometidas com o projeto, são os responsáveis pela gestão e o desenvolvimento do meio. (Calvo, 1999:18).

Por intermédio da Associação, os Agricultores Familiares exercitam a construção da cidadania, tanto internamente, quanto junto aos movimentos, organizações e instituições governamentais e não governamentais. E deste exercício surgem os embates e os conflitos, que formam as famílias para uma participação cidadã. Com isso constata-se que

está em curso um movimento de tomada de responsabilidade e de comprometimento cada vez maior por parte dos agricultores familiares na construção das escolas do campo... Esse comprometimento e envolvimento fazem parte da tomada de consciência e de luta por uma escola cidadã. (Queiroz, 2004: 39).

Assim podemos dizer que mediante o Projeto Pedagogia da Alternância, a Universidade Católica de Brasília está contribuindo na construção da “aliança entre a inteligência acadêmica com a miséria popular”, como diz Boff, pois realiza “um enraizamento orgânico com a periferia, com as bases populares e com os setores ligados diretamente à produção dos meios de vida”, ou seja, com os agricultores familiares. Ao mesmo tempo, “desta aliança reforça-se o que ainda não acabou de nascer no Brasil, o povo brasileiro”, o que permite “um novo tipo de sociedade, baseada na concidadania dos representantes da sociedade civil e das bases populares, que tomam iniciativas por si mesmos e submetem o Estado a um controle democrático, cobrando-lhe os serviços ao bem comum”, reforçando e garantindo “o horizonte utópico de toda a sociedade” (1998:66-67). Simultaneamente, participa da construção da extensividade da UCB; aquela entendida como “propriedade constitutiva da universidade”, impregnando “de forma visceral o ato de ensinar, o ato de pesquisar e as ações comunitárias”, pois “o ato da docência, do pesquisar e do agir nas comunidades são cada um dos momentos em que uma instituição universitária se apercebe interagindo como co-autora com outros tantos atores do próprio tecido social”. (Degasper, 2004:112). Isso se concretiza na integração do Projeto Pedagogia da Alternância com os Cursos e com a Pesquisa.

Conclusão

Estando no seu quarto ano de funcionamento e tendo contribuído com os CEFFAs no Brasil e com a construção da Educação do Campo, o Projeto Pedagogia da Alternância enfrenta vários desafios:

- o primeiro é dar continuidade e consolidar as ações e os trabalhos já existentes, fortalecendo o protagonismo dos agricultores e das agricultoras;
- o segundo é contribuir de forma mais profunda e efetiva na formação dos dirigentes, dos educadores e educadoras dos CEFFAs. Para tanto, está sendo estruturado Curso Lato Sensu para Formação Inicial de Monitores e Monitoras em alternância e por alternância, em parceria com a Associação das Escolas Famílias Agrícolas do Centro Oeste e Tocantins (AEFACOT);

- o terceiro é responder as muitas solicitações de agricultores e agricultoras familiares, de várias regiões, no sentido de contribuir na implantação de novos CEFFAs ;
- o quarto desafio é contribuir para a implantação de CEFFAs no meio urbano.

A Diretoria de Programas de Extensão da UCB atua em várias regiões do DF, entre as quais, Areal, Riacho Fundo II, Recanto das Emas e Samambaia. Já está em curso uma parceria do Projeto Pedagogia da Alternância com o Programa Comunidade Educativa, que trabalhará, junto às Comunidades destas regiões, a viabilidade de implantação de CEFFAs. Internamente, trabalha-se na intensificação e avanço da integração com os Cursos, Centros e com a Pós-graduação e a Pesquisa.

Assim entendemos que a UCB, por intermédio do Projeto Pedagogia da Alternância, continuará vivenciando a sua missão e aprofundando o seu compromisso social.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Antúlio José de. *A Formação de Técnicos Agropecuários em Alternância no Estado de São Paulo: uma Proposta Educacional Inovadora*. Marília, SP: UNESP, 1998. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Marília.
- BOFF, Leonardo. “A Função da Universidade na Construção da Soberania Nacional e da Cidadania”. In: **Cultura Vozes**, nº. 2, março-abril, 1998, p. 49-67.
- CALVÓ, Pedro Puig. Centros Familiares de Formação em Alternância. In: UNEFAB. *Pedagogia da Alternância*. Alternância e Desenvolvimento. I Seminário Internacional. Salvador, 03 a 05 de novembro de 1999, p. 15-24.
- CHARTIER, Daniel. *À L'Aube des Formations par Alternance*. Histoire d'une Pédagogie Associative dans le Monde Agricole et Rural. Paris: Editions Universitaires, UNMFREO, 1986.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*. Resolução n. 1, de 3 de abril de 2002, Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.
- DEGASPERI, Pe. José Romualdo. Extensão ou Extensionalidade? In: Revista Diálogos, volume 04, junho/2004, p. 112-113.
- DOCUMENTO FINAL. II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo. Luziânia, GO, 02 a 06 de agosto de 2004.
- KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão Israel José; MOLINA, Mônica Castagna. *Por Uma Educação Básica do Campo*. Vol. 1. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999, p. 98.
- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB. Lei nº. 9.394 de dezembro de 1996. MEC
- NEAD. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Boletim Notícias Agrárias, maio 2001.
- NOVÉ-JOSSERAND, Florent. *L'Étonnante Histoire des Maisons Familiales Rurales*. Paris: Editions France-Empire, 1987.
- QUEIROZ, João Batista Pereira de. *O processo de Implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás*. Goiânia, UFG: 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- QUEIROZ, João Batista Pereira de. *Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil*. Ensino Médio e Educação Profissional. Brasília: UnB, 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília.
- RODRIGUES, João Assis. *Écoles Familiales Agricoles*. Um Modèle de Développement pour le milieu rural. Mémoire [S.l.]: Université Catholique de Louvain-la-Neuve, 1999.
- SOBRAL, Fernanda Antônia da Fonseca. Educação para a Competitividade ou para a Cidadania Social? São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE, São Paulo, n. 1, p. 3-11, 2000.
- SOUZA, Abadia Donizetti Soares de. Pedagogia da Alternância: uma Experiência no Município de Pe. Bernardo-Go – Reflexões. In: Revista Diálogos, volume 04, junho/2004, p. 42-52.
- UNEFAB. *Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAs*. Formação e Desenvolvimento Sustentável. Apresentação feita no Seminário Nacional de Educação do Campo, promovido pelo MEC. Brasília/DF, 23 a 25 de outubro de 2003a.
- UNMFREO. <http://mfr.asso.fr>. 2003.